

1. Tarifa de repasse de Itaipu

Impacta os consumidores cativos das concessionárias das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste

2. Tarifa de Otimização de Energia de Itaipu – TEO Itaipu

Valora a energia de Itaipu transacionada no Mecanismo de Realocação de Energia – MRE (geradores hidrelétricos)

TARIFA DE REPASSE DE ITAIPU - Legislação

€ → ANEEL

ANEXO C

AO TRATADO DE ITAIPU

(Brasília, 26.04.1973)

Bases Financeiras e de Prestação dos Serviços de Eletricidade da ITAIPU.



Presidência da República

Casa Civil
Subchefia para Assuntos
Jurídicos

LEI Nº 11.480, DE 30 DE MAIO DE 2007.

Conversão da MPv nº 357, de 2007

Autoriza a renegociação dos créditos da União e da Centrais Elétricas Brasileiras S. A. - ELETROBRÁS junto à Itaipu Binacional, e dá outras providências.



Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 5.899, DE 5 DE JULHO DE 1973.

(Vide Decreto nº4.550, de 2002)

Dispõe sobre a aquisição dos serviços de eletricidade da ITAIPU e dá outras providências.



Presidência da República

Secretaria-Geral Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 11.027, DE 31 DE MARÇO DE 2022

(Vigência)

Regulamenta a comercialização de energia elétrica gerada pela Itaipu Binacional. Custo Unitário do Serviço de Eletricidade - CUSE



Custo da energia cedida ao Brasil



Saldo negativo da Conta de Comercialização



Parcela devido a retirada do fator de reajuste

Tarifa de Repasse de Itaipu

Módulo 6: Demais Procedimentos.



Submódulo 6.2

ITAIPU

Versão 1.0 C

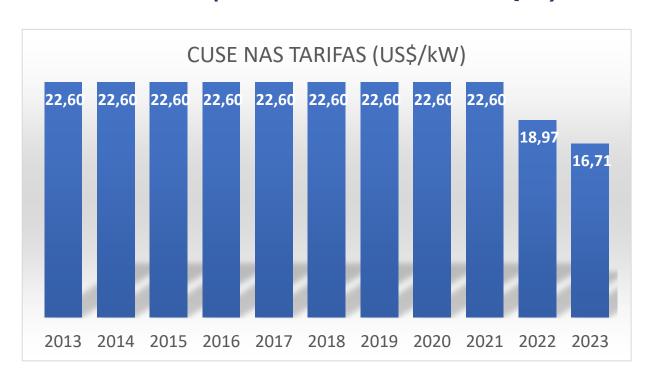
Tarifa de Repasse de Itaipu para 2023

TARIFA DE REPASSE DA POTÊNCIA DE ITAIPU	2022 (US\$/kW.mês)	2023 (US\$/kW.mês)	Variação
(1) Custo Unitário dos Serviços de Eletricidade	18,97	16,71	-11,9%
(2) Custo da Energia cedida ao Brasil	2,22	1,34	-39,5%
(3) Saldo da Conta de Comercialização	-	-	0,0%
(4) Parcela devido a retirada do fator de reajuste	3,5369	2,1759	-38,5%
Tarifa de Repasse = (1) + (2) + (3) + (4)	24,73	20,23	-18,19%

TARIFA DE REPASSE DE ITAIPU

€ → ANEEL

Custo Unitário do Serviço de Eletricidade – CUSE (83% do custo de Itaipu)





Conselho de Itaipu detém competência para definir o CUSE





Informa o CUSE à ANEEL



- Homologa a tarifa de repasse
- Tratado -> Custo do Serviço tem que ser reconhecido
 - Custo da dívida faz parte do CUSE
- Sem jurisdição sobre Itaipu (Parecer da PF/ANEEL/AGU)

IMPACTO DA TARIFA DE REPASSE DE ITAIPU

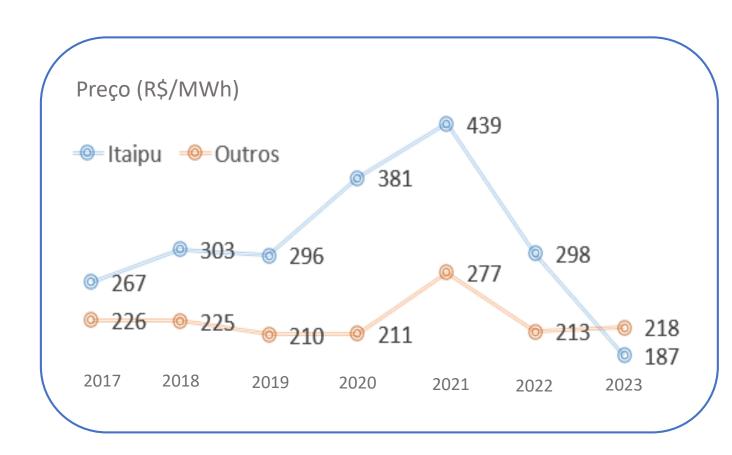
€ → ANEEL











REVISÃO DO ANEXO C DO TRATADO DE ITAIPU

€ ⇒ ANEEL

ANEXO C

AO TRATADO DE ITAIPU

VI - Revisão

As disposições do presente Anexo serão revistas, após o decurso de um prazo de cinqüenta anos a partir da entrada em vigor do Tratado, tendo em conta, entre outros aspectos, o grau de amortização das dívidas contraídas pela ITAIPU para a construção do aproveitamento e a relação entre as potências contratadas pelas entidades de ambos países.

(Publicado no "Diário Oficial" de 30.8.1973, pág. 8.645.)



PORTARIA № 124, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2019.

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no item VI do Anexo C ao Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai para o aproveitamento hidrelétrico dos recursos hídricos do Rio Paraná, pertencentes em condomínio aos dois Países, desde e inclusive o Salto Grande de Sete Quedas ou Salto de Guaíra até a foz do Rio Iguaçu (Tratado de Itaipu), e o que consta do Processo nº 48330.000500/2017-92, resolve:

Art. 1º Constituir Grupo de Trabalho - GT com o objetivo de coordenar o desenvolvimento de estudos, para subsidiar o processo de revisão do Anexo C ao Tratado de Itaipu.

ANEEL não participa da negociação junto ao Paraguai e nem foi incluída no Grupo de Trabalho criado pelo MME para subsidiar o processo

TEO – custos variáveis de hidrelétricas TEO Itaipu – tem particularidades em razão do tratado

Royalties



Cessão da Energia do Paraguai



Administração

TEO Itaipu

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL

RESOLUÇÃO NORMATIVA ANEEL № 1.032, DE 26 DE JULHO DE 2022



Consolida os atos regulatórios relativos à elaboração do Programa Mensal da Operação Energética – PMO, e para a formação do Custo Marginal da Operação – CMO e do Preço de Liquidação de Diferenças – PLD; à atualização do valor do patamar da função de custo do déficit de energia elétrica; e aos critérios e procedimentos para o cálculo dos limites máximo e mínimo do Preço de Liquidação de Diferenças(PLD) e do valor da tarifa de energia de otimização referente à cessão de energia efetuada pelo comercializador de energia da Usina Hidroelétrica Itaipu (TEO_{Itaipu}).

Limite Mínimo Preço de Liquidação de Diferenças - PLDmin

€ ⇒ ANEEL

PLD min – deve refletir o custo variável do parque gerador: no caso do Brasil é custo incremental das hidrelétricas. Maior entre TEO e TEO Itaipu

2003

2004

2009

2014

2019

REN 858/2019

PLDmin: maior

valor entre

(i) TEO

(ii) **TEO Itaipu**

2022

Res. 377/2003

PMAE_min:

custos variável

de Itaipu

Decreto nº

5.163/2004

ANEEL estabelece limites de PLD

PLDmin (art.57): considerar custos de O&M das Hidrelétricas, CFURH e royalties **REN 392/2009**

PLDmin:

custos variável de Itaipu = TEO Itaipu

REN 633/2014

PLDmin: maior valor entre

(i) RAG + CFURH

(ii) TEO Itaipu

858/2019

(ii) TEO_Itaipu

PLD mínimo

REN 1.032/2022 Consolida REN

PI Dmin: major valor entre

(i) TEO

• Compete à ANEEL:

- Homologar anualmente a tarifa de repasse de Itaipu, conforme Tratado e Legislação
- Calcular anualmente a TEO Itaipu e o PLDmin, conforme custos variáveis do Tratado (Análise de Resultado Regulatório confirmou a adequação dos cálculos e de sua utilização para PLD min)
- Fiscalizar a movimentação da conta de comercialização
- Em razão de dúvidas surgidas quando da definição da TEO Itaipu em 2022, foram encaminhados questionamentos ao Ministério de Relações Exteriores – sem resposta.
- A ANEEL se coloca à disposição dos formuladores de políticas públicas para oferecer subsídios ao processo de renegociação do Anexo C do Tratado de Itaipu.

